

Anexo

Neste anexo constam os modelos simplificados de carta rogatória em matéria cível, sem preenchimento e com dois exemplos de preenchimento (1). Também consta o modelo de formulário padrão de auxílio direto em matéria penal (2).

1. Modelo Simplificado de Carta Rogatória em Matéria Cível

Este modelo foi retirado do seguinte link: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/cooperacao-juridica-internacional-em-materia-civil/arquivos/modelo-simplificado-de-carta-rogatoria-em-word.doc>

Modelo Simplificado de Carta Rogatória

Órgão Jurisdicional Requerente

[Endereço completo, inclusive CEP, telefone, fax, e-mail]

CARTA ROGATÓRIA

Juízo Rogante:

Juízo Rogado: Juízo Competente d _____ [País Rogado].

Processo N°:

Tipo de Ação:

Partes da Ação:

FINALIDADE: [Descrever a finalidade da carta rogatória (exemplo: citação, notificação, etc.)].

JUSTIÇA GRATUITA OU RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DE CUSTAS NO PAÍS ROGADO:

Roga-se que se proceda às diligências necessárias para o integral cumprimento desta, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça Brasileira e a este Juízo. A autoridade rogante garante **reciprocidade** nos limites que a legislação brasileira e os tratados pertinentes permitem. Eu, [nome] _____, [cargo] _____, a conferi e subscrevo.

[Local e Data]

[Assinatura do Juiz(a)]

[Juiz(a) de Direito/Juiz(a) Federal/Juiz(a) do Trabalho]

LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS [Identificar os documentos que acompanham a Carta Rogatória, com referência ao número de páginas que seguem em anexo.

Observação: O Modelo Simplificado de Carta Rogatória é utilizado nos casos de ausência de tratado de cooperação jurídica entre o país requerido e o Brasil. Havendo tratado ou convenção, deverá ser usado o modelo nele recomendado.

Modelo Simplificado de Carta Rogatória Preenchido

Exemplo 1 – Carta Rogatória

Este modelo foi retirado do seguinte link:

http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/cooperacao-juridica-internacional-em-materia-civil/arquivos/modelos_anexo-3b-exemplo-de-carta-rogoria_-_comunicacao-atos-1.pdf

Comunicação de Atos Processuais e Beneficiário de Justiça Gratuita

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Juízo de Direito da Vara de Família da Comarca de Campo Grande
Rua da Paz, 14, Jardim dos Estados – Campo Grande-MS – CEP 79000-000
Telefone/Fax: xx-xxxx-xxxx

CARTA ROGATÓRIA

Juízo Rogante: Juízo de Direito da Vara de Família da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil

Juízo Rogado: Juízo Competente de Portugal

Processo: xxxxxxx-xx.xxxx.8.12.0001

Tipo de Ação: Alimentos

Partes da Ação:

Requerente: Maria da Silva, menor, representada pela genitora Maria do Carmo

Requerido: João da Silva

Finalidade: Proceder à citação de João da Silva, com endereço na Rua Almeida Carvalho, 567, casa 90, Lisboa, Portugal, para tomar conhecimento da ação, e, querendo, oferecer contestação, devidamente cumprida. Na ausência de contestação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, conforme preconiza os artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil.

Procurador:

Maria Aparecida Santos, com endereço na Rua Abraão de Andrade, Centro, Campo Grande-MS

JUSTIÇA GRATUITA: Foi concedida à requerente o benefício da justiça gratuita nos termos da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950.

Roga-se que se preceada às diligências necessárias para o integral cumprimento desta, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça Brasileira a este Juízo. A autoridade rogante garante **reciprocidade** nos limites que a legislação brasileira e os tratados pertinentes permitem. Eu, *, Analista Judiciário, digitei. Eu, *, Chefe de Cartório, a conferi e subscrevo.

Campo Grande, 10 de julho de 2011.

(assinatura do Juiz)

Nome do juiz

Juiz de Direito

LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS : petição inicial – fl. *, despacho do juiz – fl. *, certidão de nascimento – fl. *.

Exemplo 2 – Carta Rogatória

Este modelo foi retirado do seguinte link: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/cooperacao-juridica-internacional-em-materia-civil/arquivos/modelos_anexo-3c-exemplo-de-carta-rogatoria_-oitiva-1.pdf

Obs: Neste exemplo está indicado o responsável pelo pagamento de custas, utilizado para quando o requerente não for beneficiário de assistência judiciária, se for, informar JUSTIÇA GRATUITA conforme está no exemplo 1.

Oitiva de Testemunha e Indicação do Responsável pelo Pagamento de Custas

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Juízo de Direito da Vara de Família da Comarca de Campo Grande
Rua da Paz, 14, Jardim dos Estados – Campo Grande-MS – CEP 79000-000
Telefone/Fax: xx-xxxx-xxxx

CARTA ROGATÓRIA

Juízo Rogante: Juízo de Direito da Vara de Família da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil

Juízo Rogado: Juízo Competente de Portugal

Processo: xxxxxxxx-xx.xxxx.8.12.0001

Tipo de Ação: Alimentos

Partes da Ação:

Requerente: Maria da Silva, menor, representada pela genitora Maria do Carmo

Requerido: João da Silva

Finalidade: Oitiva da testemunha Francisco Silva, residente na Rua Floriana, 45, casa 9, Lisboa, Portugal, para responder aos quesitos em anexo.

Procurador:

Maria Aparecida, com endereço na Rua Abrahão, 9, Centro, Campo Grande-MS.

RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DE CUSTAS NO PAÍS ROGADO: Maria de Lourdes Lima, residente na Rua Silva Andrade, 45, casa 89, Lisboa, Portugal.

Roga-se que se prece da às diligências necessárias para o integral cumprimento desta, com o que estará prestando relevantes serviços à Justiça Brasileira a este Juízo. A autoridade rogante garante **reciprocidade** nos limites que a legislação brasileira e os tratados pertinentes permitem. Eu, *, Analista Judiciário, digitei. Eu, *, Chefe de Cartório, a conferi e subscrevo.

Campo Grande, 10 de julho de 2011.

(assinatura do Juiz)

nome do juiz

Juiz de Direito

2. Modelo do Formulário Padrão de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

Este modelo foi retirado do seguinte link: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/lavagem-de-dinheiro/institucional-2/publicacoes/arquivos/cartilha-penal-09-10-14.pdf/@@download/file>

FORMULÁRIO DE AUXÍLIO JURÍDICO EM MATÉRIA PENAL

Tramitação em SIGILO? (Observação: caso não seja informada a necessidade de tramitação sigilosa deste pedido de cooperação jurídica internacional, as partes, se por elas solicitado, poderão ter acesso ao conteúdo do mesmo, com base na Lei nº 12.527/2011. Ademais, se porventura, no decorrer no processo penal, o pedido passe a ser classificado como sigiloso pela autoridade requerente, este DRCI deverá ser informado imediatamente.)

SIM

NÃO

As localidades de origem e destino da(s) solicitação(s) são FRONTEIRIÇAS entre si?

SIM

NÃO

- 1. DESTINATÁRIO (PARA):** Autoridade local competente ou quem suas vezes fizer.
- 2. REMETENTE:** Departamento de Recuperação de Ativos / Secretaria Nacional de Justiça / Ministério da Justiça do Brasil.
- 3. AUTORIDADE REQUERENTE:** Indicar o órgão e autoridade competente encarregada do inquérito, da investigação ou da ação penal em curso, informar dados de contato.
- 4. REFERÊNCIA:** Identificar nominalmente o caso. (ex: Caso Propina da Serra, Caso João da Silva e outros, etc.) e incluir um o **número** da investigação, do inquérito policial ou da ação penal em curso, bem como informações que ajudem na identificação do caso.
- 5. FATOS:** Elaborar uma narrativa clara, objetiva e completa dos fatos, descrevendo elementos essenciais, nos quais constem o lugar, a data e a maneira pela qual a infração foi cometida, apresentando o nexos de causalidade entre a investigação em curso, os suspeitos e o pedido de assistência formulado. As autoridades estrangeiras necessitam de uma premissa factual e do nexos causal para o cumprimento do pedido de assistência.

6. TRANSCRIÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS: Referência e cópia literal dos dispositivos legais previstos em legislação esparsa, infraconstitucional ou constitucional que envolvam a medida solicitada. A finalidade é demonstrar ao país requerido os termos da legislação vigente no Brasil.

7 DESCRIÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOLICITADA: Informar de forma precisa, as medidas ou diligências solicitadas. Ver abaixo as informações a serem incluídas de acordo com a diligência solicitada:

Diligência	Requisitos necessários
Citação/Notificação/Intimação:	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Qualificação completa</u> da pessoa a ser citada, notificada ou intimada, incluindo, nome completo, nome dos pais (se houver) e documento de identidade. • <u>Endereço completo</u> para localização da pessoa.
Oitiva de testemunhas, réus ou vítimas:	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Qualificação completa</u> da pessoa a ser ouvida, incluindo, nome completo, nome dos pais (se houver) e documento de identidade. • <u>Endereço completo</u> para localização da pessoa. • <u>Quesitos para a inquirição</u> (perguntas a serem realizadas). • Relação da pessoa com o crime apurado e de que forma ela seria útil para o esclarecimento do caso.
Provas:	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar de forma clara e precisa as provas requeridas e as diligências solicitadas.
Quebra de sigilo bancário e obtenção de documentos bancários:	<ul style="list-style-type: none"> • Nome do Banco. • Endereço do Banco ou código de Identificação (ABA, IBAN). • Número da conta. • Titular da conta. • Período referenciado, tendo em vista o período máximo de retenção de documentos bancários, que varia de acordo com a jurisdição. • Tipos de documentos solicitados. • Relação da conta e de seu titular com os crimes apurados. • Decisão judicial (se houver) de afastamento do sigilo bancário do titular da conta.
Quebra de sigilo telemático:	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar com antecedência a preservação dos dados. • Número do IP. • Endereço eletrônico completo. • Hora de acesso, especificando o fuso horário do local de acesso. • Localização do servidor de rede.
Medidas de urgência como decretação de indisponibilidade (bloqueio), seqüestro, arresto, busca e apreensão de bens, documentos ou valores:	<ul style="list-style-type: none"> • Cópia da decisão judicial que decreta a medida cautelar. • Informações detalhadas sobre os bens, documentos ou valores. • Localização dos bens, documentos ou valores. • Explicação sobre a necessidade de se proceder com a medida de urgência.
Repatriação de ativos:	<ul style="list-style-type: none"> • Cópia da decisão judicial que decreta o confisco dos bens.

- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">• <i>Affidavit</i> (declaração) da autoridade requerente sobre a situação processual da ação penal, principalmente confirmando que já houve trânsito em julgado e que a decisão é final. |
|--|--|

8. OBJETIVO DA SOLICITAÇÃO: Incluir o objetivo almejado por meio da assistência solicitada, explicar a relevância da medida solicitada para o caso em questão.

a) Exemplo para os casos de citação e interrogatório: O processo criminal instaurado somente terá andamento uma vez consumada a citação do réu, ato por meio do qual tomará conhecimento da acusação contra ele (ela) formulada, e mediante o interrogatório judicial do(a) réu(ré), em audiência a ser designada, quando poderá ele(ela) confessar ou negar os crimes que lhe são atribuídos. Na mesma audiência, o(a) réu(ré) deverá indicar, se for da sua vontade, advogado(a) que possa promover sua defesa.

b) Exemplo no caso de obtenção de documentos bancários: Localizar os recursos desviados para possibilitar a sua caracterização da origem criminosa, bem como o bloqueio desses recursos, e ainda verificar a ocorrência de outros beneficiários e a persistência do crime de lavagem de dinheiro.

9. PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS: Observações pertinentes a serem solicitadas ao Estado requerido, por exemplo:

a) A importância e a razão do sigilo na tramitação do pedido;

b) O direito constitucional reservado ao(à) interrogado(a) de permanecer em silêncio durante o interrogatório;

c) Caso o alvo da diligência não seja encontrado, solicitar pesquisa junto às concessionárias de luz, água e telefone; cadastros municipais; lista telefônica do Estado requerido; e

d) Outras informações julgadas relevantes sobre o funcionamento do processo penal brasileiro quanto à obtenção e manuseio das informações e(ou) documentos relativos ao pedido de assistência.

10. ANEXOS: Listar todos os documentos que instruem a solicitação, tais como: denúncia, queixa-crime, inquérito policial, laudos periciais, documento no qual conste o arrolamento de testemunha etc.

[TODA A DOCUMENTAÇÃO DEVE SER ENCAMINHADA EM DUAS VIAS – SENDO UMA VERSÃO EM PORTUGUÊS, DEVIDAMENTE ASSINADA PELA AUTORIDADE REQUERENTE, E UMA VERSÃO TRADUZIDA PARA O IDIOMA DO ESTADO REQUERIDO]

[Cidade, data]

[Assinatura]

[Cargo]

Campo Grande – MS, 24 de outubro de 2016.